

# Microhistória e avaliação de impacto ambiental

**Carlos Eduardo Caldarelli, Carlos Eduardo Reinaldo Gimenes, Matheus Spada Zati, Lucas Antônio Franceschi, Renan Patrick Pinas Arnault, Helder da Fonseca Pomaro, André de Oliveira Simonsen<sup>1</sup>**

## Resumo

A Microhistória procura, pela redução da escala de observação, centrando-se especialmente em trajetórias individuais, ampliar a compreensão de fenômenos sociais, econômicos e culturais, revelando aspectos destes últimos que o delineamento de perfis socioeconômicos, comuns nos diagnósticos ambientais, dificilmente mostram.

Esta comunicação procura mostrar os benefícios que a aplicação da Microhistória, se utilizada tempestivamente, teria trazido ao diagnóstico e à avaliação dos impactos da implantação da UHE Foz do Chapecó sobre os membros das comunidades ribeirinhas da sua área de influência direta que dedicaram as suas vidas úteis de trabalho a outras atividades, que não principalmente à agricultura.

**Palavras-chave:** AIA e Microhistória.

## Introdução

É comum, na composição da parte dedicada à socioeconomia dos diagnósticos ambientais, o delineamento de perfis socioeconômicos que servem de base para a avaliação de impacto que se segue.

Esses perfis – ao menos na prática brasileira atual - estruturam-se, em geral, segundo as rubricas de termos de referência emitidos pelo solicitante do estudo de impacto ambiental de que os diagnósticos fazem parte, sendo, quase que invariavelmente, confeccionados a partir de dados secundários, colhidos em repositórios públicos e privados, o mais das vezes altamente agregados, e, sempre que possível, em *surveys* que são realizados pela equipe que faz o estudo.

Após a coleta, os dados são integrados e analisados, mantendo-se sempre agrupados nas rubricas eleitas no termo de referência. As categorias determinadas por estas rubricas, já detalhadas pela equipe que elabora o estudo, acabam sendo relacionadas entre si somente no final do estudo, já descritos e avaliados os impactos.

Essa metodologia comumente empregada nos capítulos socioeconômicos dos diagnósticos e muito brevemente descrita acima, embora permita avaliar os impactos de empreendimentos sobre coletividades e atividades que o próprio diagnóstico constrói, a partir das rubricas do termo de referência e seu detalhamento, tais como “classes de renda” ou “populações tradicionais”, no caso de coletividades, e “setor público” ou “setor privado”, para as atividades, abandona inteiramente a dimensão em que os impactos dos empreendimentos efetivamente acontecem, qual seja, a dimensão concreta.

O uso de metodologias qualitativas na realização da parcela socioeconômica dos diagnósticos, como é o caso das empregadas na Microhistória, têm o condão de restituir essa dimensão concreta, já nos diagnósticos, orientando tanto estes últimos, quanto as etapas posteriores da avaliação de impacto ambiental.

---

<sup>1</sup> Scientia Consultoria Científica, São Paulo, Brasil ([www.scientiaconsultoria.com.br](http://www.scientiaconsultoria.com.br)).

## **A UHE Foz do Chapecó e seus impactos sobre as famílias ribeirinhas da sua área de influência direta**

A UHE Foz do Chapecó é um empreendimento hidrelétrico que está sendo construído no rio Uruguai, nas proximidades da foz do rio Chapecó, com conclusão prevista para meados de 2010.

A área diretamente afetada da UHE Foz do Chapecó abrange parcelas ribeirinhas dos territórios de doze municípios do sudoeste catarinense e do noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

No estado de Santa Catarina, os municípios atingidos são Águas de Chapecó, Caxambú do Sul, Chapecó, Guatambú, Itá e Paial; no estado do Rio Grande do Sul, Alpestre, Eral Grande, Faxinalzinho, Itatiba do Sul, Nonoai e Rio dos Índios.

Segundo o empreendedor, são diretamente atingidas 2.431 famílias; segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, o número de famílias diretamente atingidas chega a 3.500 (NATBRASIL, disponível na Internet).

As famílias são atingidas de modos diversos: parte perde parcelas das terras que ocupam, nas condições de proprietários, arrendatários ou posseiros; parte perde a totalidade das terras que ocupam, nas mesmas condições, sendo este o impacto mais importante sofrido pelos comunitários.

O primeiro grupo de famílias mencionado acima é indenizado, recebendo, em geral, cartas de crédito; o segundo escolhe entre ser indenizado ou o reassentamento, em terras oferecidas pelo empreendedor, sob pena de desapropriação.

Quanto a este último grupo de famílias, é importante fazer notar que a possibilidade de indenização não havia sido prevista como certa pelo empreendedor, de início, baseado em um diagnóstico que apontava a presença massiva de agricultores na área de influência direta da UHE Foz do Chapecó, cujo interesse era dado como sendo o acesso a terras de boa qualidade, que podiam ser adquiridas pelo empreendedor a preços mais convidativos, se compradas grandes glebas, propícias para reassentamentos coletivos.

As indenizações, então, acabaram por fazer-se em atendimento aos interesses revelados posteriormente por boa parte das famílias atingidas pela perda integral das terras ocupadas, atendidos prontamente, mas não sem alguma perplexidade, pelos construtores da UHE Foz do Chapecó.

Todas as famílias atingidas vivem, hoje, em comunidades locais (ver mapa anexo), disseminadas por toda a área de influência direta da UHE Foz do Chapecó, isto é, nas margens dos rios Uruguai e Chapecó.

Quanto a essas comunidades ribeirinhas, são o resultado de um processo histórico iniciado na segunda metade do século XIX, quando, com a Lei de Terras de 1850, dá-se o início do povoamento e ocupação do norte e do noroeste do Rio Grande do Sul - inclusive o alto Uruguai, onde vai instalar-se a UHE Foz do Chapecó - por estancieiros, tropeiros e posseiros, resultando em conflitos sangrentos entre os colonos e os povos indígenas locais, Guarani e Kaingang (CARINI, J. J., 2007).

Nesse fluxo migratório, que se estendeu também ao sudoeste de Santa Catarina, era muito forte - e permaneceu sendo, do período final do século XIX aos princípios do XX - a presença de imigrantes externos de origem italiana, alemã e polonesa.

As famílias de colonos encontraram, no alto Uruguai, além dos grupos Guarani e Kaingang, que já eram franca minoria ali, uma população dispersa, em geral oriunda da mestiçagem entre índios e brancos, que guardava conhecimento detalhado da região: os “caboclos” (POLLI, J., 1986).

Apesar de as famílias de colonos serem, em sua esmagadora maioria, agricultoras, atividade que predominou em toda a região colonizada desde o início das migrações advindas do sul, já na primeira metade do século XX, tem início o aproveitamento sistemático do rio Uruguai e suas margens para a pesca; para a extração e transporte de areia para a construção civil; como via e locais de atracadouro, respectivamente, para as balsas destinadas à travessia de pessoas e volumes que ali passaram a operar; bem como - e principalmente - para o escoamento da produção das serrarias da região até São Borja, Uruguaiana e Buenos Aires. Estas atividades, especialmente a última, desempenharam papel importante na consolidação e desenvolvimento das comunidades ribeirinhas que hoje se encontram na área de influência direta da UHE Foz do Chapecó (BELLANI, E. M., 1991; SANTOS, N., 2005).

Para todos os(as) comunitários(as) do Alto Uruguai, principalmente os(as) ribeirinhos(as), revestiu-se de importância especial - embora frequentemente “esquecida” - o que absorveram e aproveitaram dos conhecimentos detidos pelos caboclos que habitavam a área, que, além de ter possibilitado a sobrevivência dos recém-chegados nos primeiros tempos, encontra-se na origem das atividades dos pescadores, extratores e transportadores de areia, barqueiros e balseiros, sejam eles colonos ou caboclos, pois eram estes últimos que, então, conheciam o rio Uruguai e suas margens, além de dominarem os segredos da sua navegação, em virtude do transporte da erva mate que já vinham fazendo há tempo, utilizando aquele rio como via de transporte (BELLANI, E. M., 1991:179/180).

De todo modo, tal como nos informa o Sr. Arestides Rodrigues, os caboclos sempre predominaram, esmagadoramente, sobre os colonos, nas atividades ligadas à exploração das margens e do curso do rio Uruguai.

### **A trajetória do Sr. Arestides Rodrigues e a avaliação de impactos**

O Sr. Arestides Rodrigues, natural de Nonoai, no estado do Rio Grande do Sul, jamais deixou a sua região. Ali permaneceu desde o seu nascimento, até o presente. Hoje, conta mais de sessenta anos de idade.

A família do Sr. Arestides Rodrigues, desde que se formou, a exemplo de um número de outras que variou no tempo, mas sempre foi significativo, dedicou-se a duas atividades para garantir a própria subsistência: o próprio Sr. Arestides era areeiro, isto é, extraía areia das margens do Uruguai para a indústria da construção civil, enquanto o restante dos seus familiares, mulher e filhos, à medida que atingiam a idade em que isso se tornava possível, “tocavam” uma roça de subsistência, em uma “posse”, que produzia algum excedente que destinavam à venda.

O Sr. Arestides jamais cogitou trabalhar na roça, foi sempre areeiro. A roça sempre foi um domínio feminino, no qual as mulheres admitiam os menores como ajudantes. Quando forçado por alguma circunstância a “ajudar” na faina das “plantas”, sempre o fez a contragosto.

Duas vezes expulso das suas “posses”, o Sr. Arestides sempre voltou à sua condição de areeiro e, até quando lhe permitiram as forças, compareceu, com o seu “caíco”, o pequeno barco do areeiro, à procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, no rio Uruguai, na qual, até há pouco, apresentavam-se, em grupos separados, areeiros, balseiros e barqueiros, tal como conta o próprio Sr. Arestides.

Através do relato do Sr. Arestides, portanto, é possível ter acesso a indícios que dados estruturados segundo critérios apriorísticos, estranhos ao concreto, não permitem, sendo esses indícios, no caso examinado, os seguintes: o mundo do trabalho, nas comunidades locais da área de influência direta da UHE Foz do Chapecó é influenciado pela etnicidade e por considerações de gênero.

Assim, enquanto os colonos foram – e seus descendentes ainda são -, massivamente, sem diferenciações, exceto em casos excepcionais, agricultores, os “caboclos” do sexo masculino

sempre procuraram evitar essa atividade, preferindo trabalhos em que ombreavam com seus companheiros, como os do areeiro e do balseiro.

É possível, e mesmo provável, que as questões de etnicidade e gênero envolvidas na questão do trabalho, nas comunidades ribeirinhas do rio Uruguai, tenham um interesse apenas acadêmico, mas a manifesta preferência das famílias que, como a do Sr. Arestides, inclui ex-areeiros, ex-balseiros ou barqueiros, pela indenização, em lugar do reassentamento, certamente teria interessado à elucidação das questões socioeconômicas examinadas no diagnóstico da UHE Foz do Chapecó e à avaliação dos seus impactos socioeconômicos.

Perseguir esse indício talvez tivesse qualificado a avaliação dos impactos da UHE Foz do Chapecó sobre as famílias das comunidades ribeirinhas da sua área de influência direta, de modo a reduzir perplexidades e a possibilitar previsões úteis, que o diagnóstico exclusivamente baseado em dados agregados em tabelas estatísticas, segundo rubricas previamente estabelecidas sobre outros dados agregados da mesma forma, não pôde fazer.

### **Considerações finais: A Microhistória e a avaliação dos impactos**

Se o que se busca na avaliação de impactos é, tanto quanto possível, evidenciar causalidades,

*“... podemos definir o projeto micro-histórico como aquele que visa a reconstituir todas as cadeias de causalidade que, a partir das escolhas dos indivíduos, produzem as formas sociais que observamos. A escala não é mais aqui um instrumento com o qual podemos jogar de maneira quase indiferenciada: ela deve necessariamente privilegiar um plano particular – o microscópico. Em última instância, é a ele que todos os fenômenos sociais devem ser remetidos, pois é no seu nível que operam os processos causais eficientes”* (ROSENTAL, 1998 [1996]:153).

Aceitas essas premissas, nada obsta a que, examinados os processos causais, ainda que indiciária e hipoteticamente, nos primeiros lances da preparação das parcelas socioeconômicas do diagnóstico ambiental, passe-se a utilizá-los para orientar a aplicação de métodos quantitativos, que poderão confirmar, complementar, ou mesmo, levar à rejeição das cadeias de causalidade estabelecidas, mas, certamente, partir de agregados de dados aprioristicamente compostos para construir diagnósticos e avaliar impactos sobre o meio socioeconômico é um procedimento muitíssimo menos recomendável.

### **Referências**

BELLANI, E. M., 1991. **Madeiras, balsas e balseiros no Rio Uruguai: o processo de colonização do Velho Município de Chapecó (1917/1950)**. Florianópolis, UFSC;

CARINI, J. J. **Tribo em marcha - A dimensão de território para os índios caingangues de Nonoi do século XIX**, disponível na Internet. Site consultado em setembro de 2007;

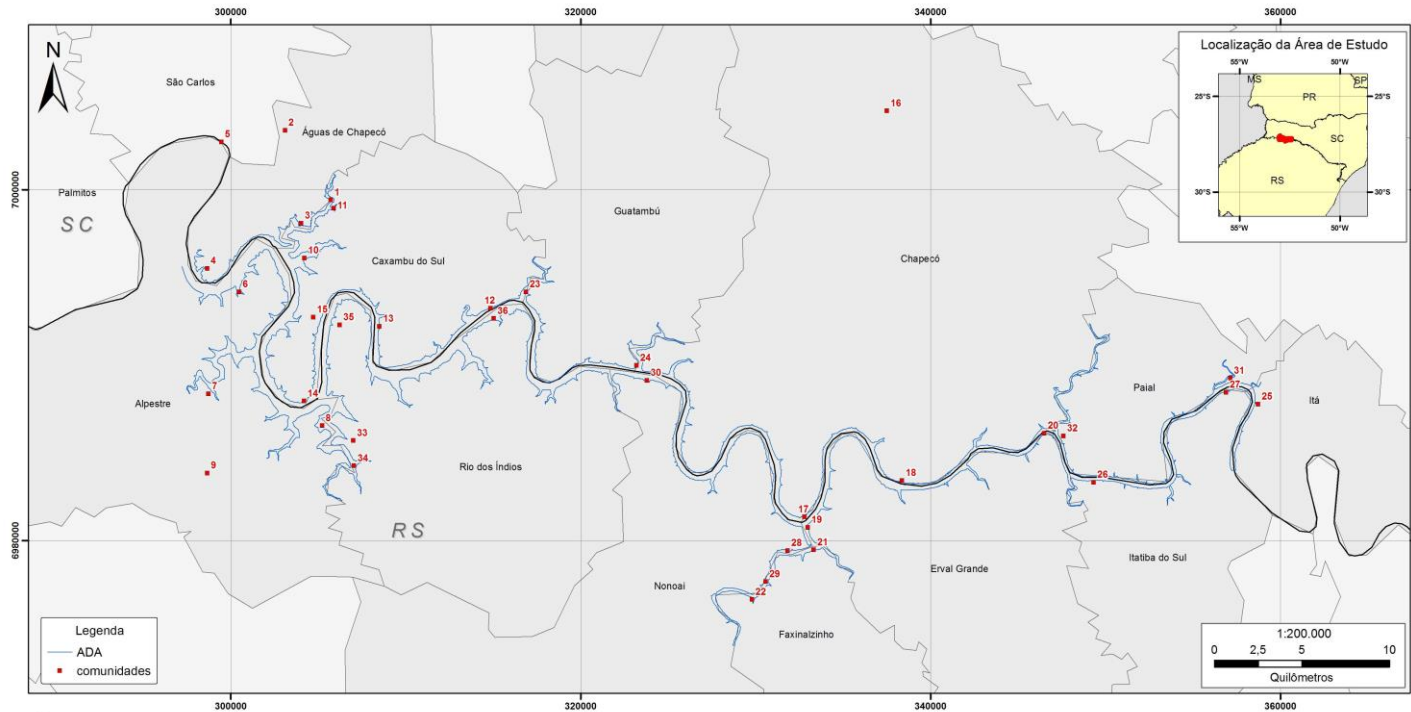
NATBRASIL, disponível na Internet. [http://www.natbrasil.org.br/Docs/cartilha\\_rio\\_uruguai/hidro2.pdf](http://www.natbrasil.org.br/Docs/cartilha_rio_uruguai/hidro2.pdf). Site consultado em novembro de 2009;

ROSENTAL, Paul-André, 1998 [1996]. *Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”*. Jacques Revel (org.), 1998 [1996]. **Jogos de escalas – A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro:FGV, p. 151 a 170, trad. Dora Rocha;

POLLI, J., 1986. *Caboclo, pioneirismo e marginalização*. **Cadernos do CEOM**, Chapecó;

SANTOS, N. dos, 2005. **Balsas e balseiros do Uruguai: reflexos e impactos para a historiografia de Nonoai**. Chapecó, Estampa.

# ANEXO



- |  |   |  |
|--|---|--|
| <p><b>Águas de Chapeçó</b></p> <p>01. Lagedo Bonito<br/>02. Linha Pegoraro<br/>03. Linha Uruguaí<br/>04. Saltinho do Uruguaí</p> <p><b>Alpestre</b></p> <p>05. Bairro Olaria<br/>06. Dom José<br/>07. Lagedo Canudos<br/>08. Lagedo Grande<br/>09. Linha Dois Marcos</p> <p><b>Caxambu do Sul</b></p> <p>10. Comunidade Sanga Rosa<br/>11. Lagedo Bonito<br/>12. Linha Humaitá<br/>13. Linha Loureiro<br/>14. Linha Volta Grande<br/>15. Secom</p> | <p><b>Chapeçó</b></p> <p>16. Bairro Cristo Rei<br/>17. Goio-ên<br/>18. Linha São José do Capinzal</p> <p><b>Erval Grande</b></p> <p>19. Goio-ên<br/>20. Praia Bonita</p> <p><b>Faxinalzinho</b></p> <p>21. Linha Dias<br/>22. Linha Menezes I</p> <p><b>Guatambú</b></p> <p>23. Linha Schneider<br/>24. Porto Chalana</p> <p><b>Itá</b></p> <p>25. Linha Santa Cruz</p> | <p><b>Itatiba do Sul</b></p> <p>26. Comunidade Porto Mauá<br/>27. Linha Saltinho</p> <p><b>Nonoai</b></p> <p>28. Linha Bedin<br/>29. Olhos D'Água<br/>30. Tope Chalana</p> <p><b>Paial</b></p> <p>31. Barra do Airanhazinho<br/>32. Linha Pinheirinho</p> <p><b>Rio dos Índios</b></p> <p>33. Lagedo Grande<br/>34. Linha Majolo<br/>35. Linha Saltinho II<br/>36. Porto Caxambu</p> |
|--|---|--|



## LOCALIDADES

UHE Foz do Chapeçó -  
Sub-Programa 21.2: Preservação  
do Patrimônio Histórico, Cultural e  
Paisagístico

Sistema de Coordenadas Geográficas  
Datum: SAD-69

Fonte: IBGE - Base Cartográfica Integrada do Brasil em Milsistema Digital, 2008.  
Cadastro Foz do Chapeçó, 2007.  
Elaboração Sérgio da Silveira, 2008.